



Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro  
Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento  
Receita Rio - Coordenadoria do IPTU

**SICOP: 22079**

## REQUERIMENTO DE REGULARIZAÇÃO DE RECOLHIMENTOS

### I- PETIÇÃO

O **proprietário** do imóvel abaixo descrito, ou se for o caso, por intermédio de **seu representante legal**, vem requerer **TRANSPOSIÇÃO DE PAGAMENTO** da(s) cota(s) \_\_\_\_\_ da guia \_\_\_\_\_ da inscrição \_\_\_\_\_ para a inscrição \_\_\_\_\_.

**MOTIVO:** ( ) Duplicidade de inscrição ou de Código de Logradouro - CL; ( ) Erro na identificação do proprietário; ( ) Erro na determinação do endereço do imóvel ou do destinatário; ( ) Erro na montagem do carnê; ( ) Outro - especificar: \_\_\_\_\_

### II- DADOS DO IMÓVEL (preenchimento obrigatório).

Inscrição: \_\_\_\_\_ Código do Logradouro (CL): \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

### III- DADOS DO REQUERENTE (preenchimento obrigatório).

Nome: \_\_\_\_\_

CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Identidade e órgão expedidor: \_\_\_\_\_ Telefone(s): \_\_\_\_\_

### IV- DADOS PARA NOTIFICAÇÃO (preenchimento obrigatório).

Nome: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ CEP: \_\_\_\_\_

### V- DADOS DO PROCURADOR (só preencher em caso de procuração).

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_

Identidade e órgão expedidor: \_\_\_\_\_ Telefone (s): \_\_\_\_\_

### VI- DOCUMENTOS FUNDAMENTAIS PARA O EXAME DO PEDIDO:

(salvo exceções sinalizadas, apresentar original e cópia ou cópia autenticada).

(Preenchimento do Servidor)

**DOCUMENTO JUNTADO?**

1- Identificação do Requerente:

1.1- Identidade e CPF do proprietário (pessoa física), sócio-gerente ou diretor (pessoa jurídica), do inventariante (espólio), na hipótese de não haver procurador constituído. O promitente comprador estará habilitado a requerer se estiver imitado na posse do imóvel e a promessa estiver registrada no Registro de Imóveis (RI). Também estará habilitado a requerer o adquirente de imóvel no caso de sucessão hereditária ainda não registrada no RI, desde que seja apresentado o formal de partilha homologado;

(S) (N) (NA)

1.2- Termo de Inventariante ou Escritura Pública de Inventariança (no caso de espólio), se a partilha não tiver sido registrada;

(S) (N) (NA)

1.3- Contrato Social, ou Estatuto e Ata de eleição da última diretoria, devidamente registrados (proprietário pessoa jurídica);

(S) (N) (NA)

|   |  |
|---|--|
| 1.4- Procuração outorgada pelas pessoas indicadas no subitem 1.1 (quando for o caso), contendo poderes específicos para o pleito e com firma reconhecida, ou cópia autenticada de instrumento público;  | (S) (N) (NA)   |
| 1.5- Identidade e CPF do procurador (quando for o caso);  | (S) (N) (NA)   |
| 2- Caso o requerente tenha sido induzido ao pagamento em inscrição diferente daquela relativa à sua unidade imobiliária, em decorrência de duplicidade de inscrição ou de CL, de erro na identificação do proprietário, de erro na determinação do endereço do imóvel ou do destinatário ou de erro na montagem do carnê.   | (S) (N) (NA)   |
| 2.1 - Certidão de Registro de Imóveis do imóvel beneficiário da transposição, comprovando a titularidade do requerente na ocasião do pagamento. Se a inscrição no cadastro imobiliário tiver sido dada como posse, a título precário, para efeitos exclusivamente fiscais, poderá ser apresentada a notificação de lançamento em nome do requerente à época;  | (S) (N) (NA)   |
| 2.2 – Original e uma cópia legível da guia de IPTU a que se refere o pedido e da(s) cota(s) objeto do pedido de transposição com a autenticação bancária. A cópia será autenticada pelo servidor e devolvida ao requerente;   | (S) (N) (NA)   |
| 3- Nos casos não alcançados pelo item 2:  |  |
| 3.1 – Certidão de ônus reais do Registro de Imóveis do(s) imóvel(eis) para cuja(s) inscrição(ões) o pagamento foi indevidamente efetuado, se este(s) vier(em) a ser constituído(s) em débito após a transposição. A Certidão deverá comprovar a titularidade do imóvel na época do pagamento. Se a inscrição no cadastro imobiliário tiver sido dada como posse, a título precário, para efeitos exclusivamente fiscais, poderá ser apresentada a notificação de lançamento da época; | (S) (N) (NA)   |
| 3.2 - Autorização expressa do(s) titular(es) do imóvel para cuja inscrição o pagamento foi indevidamente efetuado, com firma reconhecida. Deverão estar indicados o(s) valor(es) a transpor e a(s) respectiva(s) cota(s), além do número e exercício da guia.   | (S) (N) (NA)   |
| ● LEGENDA: (S) SIM ; (N) NÃO e (NA) NÃO APLICÁVEL   |  |
| VII– Informações complementares ao pedido (preenchimento pelo requerente, se for o caso)  |  |
|   |  |
| <b>VIII– Declaro estar ciente do teor deste requerimento e dos termos constantes no quadro VI.</b><br><br>Data: ____/____/____<br><br>Nome do Requerente ou Procurador<br><br>Assinatura do Requerente ou Procurador  | <b>Recebido.</b><br><br>Data: ____/____/____<br><br>Nome, matrícula e assinatura do servidor |